



**TRANSPARÊNCIA E ACESSIBILIDADE:
UM RELATO SOBRE OS SÍTIOS OFICIAIS
DOS MUNICÍPIOS DO SUL FLUMINENSE**

**DIEGO ALVES MACHADO
JAQUELLINE DE SOUZA CRUZ
JULIO CANDIDO DE MEIRELLES JUNIOR**

Atena
Editora
Ano 2018

Diego Alves Machado
Jaqueline de Souza Cruz
Julio Candido de Meirelles Junior

**TRANSPARÊNCIA E ACESSIBILIDADE:
UM RELATO SOBRE OS SÍTIOS OFICIAIS
DOS MUNICÍPIOS DO SUL FLUMINENSE**

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

M149t	Machado, Diego Alves. Transparência e acessibilidade [recurso eletrônico] : um relato sobre os sítios oficiais dos municípios do sul fluminense / Diego Alves Machado, Jaquelline de Souza Cruz, Julio Candido de Meirelles Junior. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-85107-30-7 DOI 10.22533/at.ed.307181009 1. Administração pública – Rio de Janeiro (Estado). 2. Corrupção administrativa. 3. Corrupção na política. I. Cruz, Jaquelline de Souza. II. Meirelles Junior, Julio Candido de. III. Título. CDD 364.132
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A temática transparência tem estado nas mídias nacionais e internacionais não só pelas exigências legais, mas para que o cidadão tenha conhecimento do que se passa nas administrações Municipais, Estaduais e Federais.

Esta pesquisa tem como objetivo efetuar um relato sobre a transparência dos municípios que compõem a mesorregião do Sul Fluminense no tocante à divulgação de informações sobre a gestão do orçamento público e a acessibilidade aos usuários nos sítios oficiais na seção referida aos orçamentos municipais.

Para tanto, a obra está baseada em leis, decretos, manuais, livros, artigos e sítios oficiais, associados a conceitos sobre transparência, acessibilidade, governo eletrônico e correlato, com o intuito de apresentar ao leitor conhecimentos sobre a situação de transparência na governabilidade dos municípios supracitados.

Diego Alves Machado
Jaqueline de Souza Cruz
Julio Candido de Meirelles Junior

Revisão de vernáculo
Mariana do Amaral Antunes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
TRANSPARÊNCIA E ACESSIBILIDADE NA GESTÃO PÚBLICA	
CAPÍTULO 2	8
ORÇAMENTO PÚBLICO, <i>ACCOUNTABILITY</i> E E-GOV	
CAPÍTULO 3	14
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	
CAPÍTULO 4	22
RESULTADOS E DISCUSSÃO	
SOBRE OS AUTORES	105

INTRODUÇÃO

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é também conhecida por Constituição Cidadã, pois ela surge no período de redemocratização do país e estabelece os princípios e objetivos fundamentais que vigoram na legislação brasileira e na relação Estado, mercado e sociedade desde então.

A transparência é um princípio da gestão pública. Mais especificamente, a transparência fiscal é aquela que fornece aos cidadãos informações relativas às atividades financeiras do governo em tempo real. Quando a lei faz esta exigência, ela assegura a interação rápida com a sociedade utilizando a tendência de comunicação atual, alcança uma parte maior da população e incentiva a participação neste processo (CRUZ et al., 2011). De tal forma, em coerência com o princípio da publicidade, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à informação – LAI), obriga União, estados, Distrito Federal e municípios, além das demais entidades controladas direta e indiretamente pelas referidas esferas, a prestarem contas dos recursos públicos por “meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet)” (BRASIL, 2011), conforme § 2º, do art. 8º, assegurando o direito fundamental da população de ter acesso à informação e buscando se instituir a transparência na gestão pública.

O princípio da publicidade – um dos cinco que a Constituição Federal de 1988 (CF/88) traz, no caput do art. 37 – começa a ganhar maior destaque a partir da Lei nº 9.755/98, que dispõe sobre a criação de um sítio na internet pelo Tribunal de Contas da União (TCU), para divulgação de informações sobre as contas públicas da União, estados, Distrito Federal e municípios (GUADAGNIN, 2011). A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), representada pela Lei Complementar nº 101/2000, que “estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal” (BRASIL, 2000); e pela Lei Complementar nº 131/2009, que determina “a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária” de todas as esferas (BRASIL, 2009), contribuem para o avanço da transparência, da gestão pública e da participação cidadã.

O acesso à informação vai além da exposição de dados à população, pois é preciso que eles estejam organizados de forma que os receptores possam compreendê-los facilmente (tornando-se de fato uma informação) e, não menos importante, que estejam adaptados às necessidades de cada cidadão. Nesse sentido, a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que trata de forma ampla da acessibilidade de todos os serviços públicos também às pessoas portadoras de deficiência; e o Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta a referida Lei, também abordam a necessidade de acesso adequado das informações, inclusive por meio eletrônico, visto que “compreender a inclusão digital como caminho para inclusão social” (BRASIL, 2014).

As mudanças nas relações entre Estado, mercado e sociedade se deram também

com o desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) – internet, rede de computadores, telefonia móvel e outras (BRAGA et al., 2008). Em atenção às diferentes formas de interação surgidas e em conformidade com os avanços emergidos na gestão do Estado, “o governo deve promover a universalização do acesso e uso crescente dos meios eletrônicos de informação para gerar uma administração eficiente e transparente em todos os níveis” (BRASIL, 2000), aperfeiçoando, segundo Garcia (2006), a própria gestão do governo quanto à coordenação, planejamento, execução e controle de ações e a relação com o setor privado, estabelecendo como parte de sua estrutura e dos serviços aos cidadãos e organizações o governo eletrônico (e-gov).

A publicidade e a transparência, além de obrigação legal, possibilitam que os cidadãos sejam ativos na construção e no controle da gestão pública. Seja por canais físicos, seja pelos existentes via e-gov, as informações sobre as ações estatais em todas as esferas e seus órgãos da administração direta e indireta devem estar disponíveis. A prestação de contas por parte da administração pública e a responsabilização de seus agentes pela não divulgação das informações (salvo casos descritos pela Lei) são garantidas legalmente e possui órgãos específicos para executá-las; entretanto, devem também ser fiscalizadas pela sociedade para que se concretize a democracia a partir de um controle social. Tais ações de prestação de contas, responsabilização e controle contínuos são também conhecidas como *accountability* (BRASIL, 2014).

Dentre os diversos serviços prestados pelo Estado via canais de e-gov e as possibilidades do conceito de *accountability* se realizar, informações sobre o planejamento do orçamento público (de forma simplificada, o planejamento contendo suas fontes de receita e seus destinos de execução da mesma) expõem a aplicação do dinheiro público pelas esferas de poder e seus entes da administração direta e indireta. Representa, portanto, um importante instrumento de gestão, assim como de fiscalização na administração pública.

Atendo-se ao fato de que a transparência ocorre não somente pela publicidade de dados e informações (prestação de contas), mas sim pela forma e meios adequados às necessidades da sociedade, além de instigar a participação do processo de gestão por parte dos cidadãos, a investigação tem como principal objetivo relatar sobre a transparência da gestão orçamentária e a acessibilidade recomendada nos sítios dos municípios da mesorregião Sul Fluminense, no período de 2012 a 2016. Para tal, serão consideradas as leis vigentes de transparência, responsabilidade fiscal e acessibilidade às informações e, ainda, conceitos sobre transparência, acessibilidade, e-gov, *accountability* e orçamento público.

A pesquisa também busca identificar documentos de orçamentos públicos que os municípios têm divulgado em seus sítios oficiais; Detectar características de acessibilidade nos sítios oficiais dos municípios na seção de divulgação dos documentos de orçamento público; e, por fim, comparar os documentos e características encontrados com as exigências da lei.

Com base na legislação apresentada referente à publicidade, responsabilidade

fiscal, transparência e o acesso às informações, bem como conceitos sobre prestação de contas, orçamento público, controle dos cidadãos e governo eletrônico, a investigação se justifica pela importância de verificação periódica quanto ao cumprimento por parte dos entes e órgãos da Federação na divulgação e possibilidade de acesso proporcionada à população, dado que o descumprimento pode levar os municípios – objetos do presente estudo – e agentes públicos ligados a eles a sofrerem sanções de acordo com a lei. Os autores, durante as pesquisas ligadas ao Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Fluminense na região do Sul Fluminense, mantiveram comprometimento com aspectos específicos, dentre eles foco nas questões regionais (RIO DE JANEIRO, 2017). Neste contexto, a obra apresenta uma análise da transparência de informações nos municípios da região situada que é pertinente por possibilitar conhecimento à comunidade sobre a adequação das prefeituras ao que a lei estabelece.

A partir da legislação que determina o acesso à informação, de Responsabilidade Fiscal e de Acessibilidade, bem como a exigência da publicação em sítios oficiais dos órgãos e entes públicos de seus orçamentos dentro de padrões mínimos de acessibilidade, esta obra, em seu processo investigativo, responde à seguinte interrogação: Como os municípios do Sul Fluminense têm apresentado informações quanto à transparência orçamentária e à acessibilidade recomendada nos sítios oficiais?

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

RESUMO: Neste capítulo apresentam-se conceituação e caracterização da pesquisa e os procedimentos metodológicos realizados para desenvolvê-la. Segundo Zanella (2009), “pesquisa é a atividade básica da ciência, e por meio dela descobrimos a realidade”. Pode ainda ser definida como “processo formal e sistemático de desenvolvimento do Método científico e visa à produção de conhecimento novo” (GIL, 2007 apud ZANELLA, 2009).

3.1 Pesquisa

Uma pesquisa deve seguir procedimentos bem definidos para que obtenha o conhecimento desejado. Para Trujillo Ferrari (1982), Cervo e Bervian (2002) apud Zanella (2009), método é um caminho para se chegar a algum fim; entretanto, como requisito científico, deve ter forma sistemática e ordenada. Já Trivinho (1987) apud Meirelles Junior (2015) considera que delimitações técnicas, métodos, modelos e teorias para orientação da interpretação de dados proporcionam uma investigação de validade científica.

Para a pesquisa ser realizada é preciso também que esta seja adequadamente classificada, tanto por sua finalidade, quanto pelo método e forma, sua fonte, seus objetivos e, ainda, procedimentos (ZANELLA, 2009).

A partir de sua finalidade (ou natureza), ela pode ser classificada como pura – também chamada de básica ou teórica – que busca contribuir, entender e explicar os fenômenos, permitindo articular conceitos e sistematizar a produção de área específica de conhecimento (TRUJILLO FERRARI, 1982; MINAYO, 2002 apud ZANELLA, 2009); ou aplicada que, segundo Zanella (2009), “tem como motivação básica a solução de problemas concretos, práticos e operacionais”.

A pesquisa pode ser também classificada pelo método e pela forma como quantitativa e qualitativa. Quando quantitativa, é caracterizada pela utilização de instrumentos estatísticos na coleta e no tratamento de dados, buscando medir relações entre variáveis; Quando qualitativa, apesar de, em princípio, não se utilizar do aporte estatístico, baseia-se em conhecimentos teórico-empíricos que lhe permitem a atribuição científica (ZANELLA, 2009).

As fontes podem ser primárias – quando são utilizados dados brutos, não coletados, tabulados ou analisados; ou secundários – quando se apoia em dados já coletados e sistematizados, disponíveis para consulta (GIL, 2008; VERGARA, 2005; CERVO; BERVIAN, 2002 apud MEIRELLES JUNIOR, 2015).

Quanto aos objetivos, Gil (2007) apud

Zanella (2009) pondera que a classificação pode ser dada como: exploratória, descritiva e explicativa. A primeira explora a realidade visando maior conhecimento sobre algo, para depois haver o planejamento de uma pesquisa descritiva; a segunda se presta a descrever características de um fato ou fenômeno; por última, busca explicar a razão de um fato ou fenômeno social, identificando fatores que determinam ou contribuem ao desencadeamento de algo, situando o ambiente social de ocorrência para o estabelecimento de causa e efeito.

Os procedimentos podem caracterizar a pesquisa como: bibliográfica – realizada com base em documentos publicados com acesso restrito ou não; documental – utilizam-se documentos que não receberam tratamento analítico, estando em sua condição normal; experimental – determinando um objeto, selecionando variáveis, definindo formas de controle e observando os efeitos produzidos pelas variáveis; levantamento – a partir da aplicação de questionários, utiliza-se de métodos quantitativos para questionamento direto das pessoas que possuem um comportamento que se almeja conhecer; estudo de caso – estudo de método qualitativo aprofundado sobre um objeto; *expost-facto* – realização de um experimento após ocorrência de um fato; ação – quando se realiza em estreita associação a uma ação ou problema coletivo; participante – interação entre investigados e investigador; estudo de campo – observação de fatos e fenômenos exatamente como ocorrem cotidianamente, coletando dados com base em fundamentação teórica de consistência; tendo como instrumentos observação, formulário, questionário e entrevista (GIL, 2008; VERGARA, 2005; CERVO; BERVIAN, 2002 apud MEIRELLES JUNIOR, 2015)

3.2 Tipo de Pesquisa

Com base nas conceituações apresentadas, esta pesquisa busca relatar sobre as informações disponibilizadas em sítios oficiais de municípios referentes aos seus orçamentos, visto que a divulgação dos mesmos é legalmente exigida e de interesse de seus cidadãos. Não se restringe, portanto, ao mesmo tipo de relato a ser realizado em municípios de outras regiões do país.

A pesquisa, com base nas classificações apresentadas, possui caráter de pesquisa pura, quanto a sua natureza, pois busca identificar e comparar informações a conceitos e leis, mas não propõe como finalidade intervenção prática nos resultados encontrados. A sua forma é predominantemente qualitativa, visto que os dados e informações são analisados com aporte teórico-empírico, mas sem se utilizar de métodos estatísticos, enquanto sua fonte é secundária, pois os dados já foram organizados de forma sistematizada para serem apresentados como informação.

Os objetivos são exploratórios e descritivos por buscar aprofundamento sobre as situações de transparência e acessibilidade aos cidadãos nos municípios determinados e descrevê-las ao relatar e comparar com as exigências legais. Apresenta como procedimentos técnicos a bibliografia, com base em documentos divulgados nos sítios

oficiais dos municípios e leis que são de conhecimento e acesso público.

3.3 Etapas da Pesquisa

O estudo foi realizado em cinco etapas: I) Revisão Bibliográfica; II) Definição do universo/amostra; III) Coleta de dados; IV) Definição de parâmetros para a pesquisa; e V) Tratamento dos dados.

Na etapa I, Revisão Bibliográfica, foi realizada pesquisa em sítios oficiais na busca de conteúdo legislativo que orientasse e embasasse os conhecimentos para a avaliação pretendida, bem como em livros, artigos e manuais que abordassem de forma didática, técnica ou conceitual os temas necessários à elaboração do trabalho.

Foram selecionados e lidos artigos científicos, dissertações e leis que têm como tema principal: Transparência, orçamento público, receitas e despesas públicas, responsabilidade fiscal, acessibilidade, governo eletrônico e *accountability*.

Após a seleção de material, foram verificadas as similaridades e diferenças de conteúdos e exposição de dados apresentados nos materiais utilizados, reunindo conceitos para embasamento teórico e técnico além de legislação referente à transparência, responsabilidade fiscal e acessibilidade.

A etapa II, que compreende a definição do universo/amostra, foi realizada pelo processo de amostragem por conveniência no qual o pesquisador faz uma seleção das informações acessadas, destacando quais representam o universo (LEVY & LEMESHOW, 1980). A entrada para esta etapa consistiu no levantamento dos municípios do Sul Fluminense: Angra dos Reis, Barra Mansa, Barra do Piraí, Itaiaia, Paraty, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Valença e Volta Redonda.

A etapa III, coleta de dados, tem como entrada os portais das prefeituras municipais, e seu procedimento foi o levantamento dos dados no portal da transparência e os e-SICs municipais disponíveis nos sítios das cidades.

Essa pesquisa foi realizada durante os meses de maio e junho de 2017 e teve como resultado os relatórios de gestão oferecidos por 13 municípios dos 14 pertencentes à região selecionada. Constatou-se que um dos municípios, Rio das Flores, não apresentava sítio disponível pois, conforme estabelecido pelo § 4º do art. 8º da Lei nº 12527, de 18 de novembro de 2011, mesmo não possui obrigatoriedade por possuir uma população menor que dez mil habitantes. Os dados coletados dos demais municípios se restringiram aos anos 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016.

A etapa IV, definição de parâmetros, teve como entrada de informação artigos com temas similares, além de leis e decretos que referenciam o acesso à informação, a responsabilidade fiscal, e a acessibilidade. Como procedimento, foram verificadas quais as informações mínimas que as leis e os decretos exigem e, ainda, informações e análise de artigos que contribuísem para a categorização dos parâmetros. Os resultados obtidos foram os quadros utilizados nas três fases descritas adiante.

A etapa V, tratamento dos dados, encontra-se representada pelas Leis, conceitos

e relatórios de gestão apresentados por meio de avaliações de adequação dos relatórios de gestão quanto às exigências da legislação. O tratamento dos dados foi dividido em três fases: 1) Avaliação da transparência dos municípios de acordo com a LRF; 2) Avaliação da transparência dos municípios de acordo com a LAI; e 3) Avaliação da acessibilidade dos municípios de acordo com o e-MAG.

As três fases de avaliação passaram por três estágios: no primeiro foi verificado se os municípios publicam ou não os documentos referentes aos parâmetros exigidos por lei; no segundo foi avaliada a publicação ou não das informações de acordo com a qualidade mínima dos conteúdos publicados; e o terceiro foi classificado quanto ao atendimento às leis.

Os critérios das três fases de análise foram classificados em dois grupos no primeiro estágio: 1) Municípios que não disponibilizam as informações referentes a nenhum dos parâmetros ou sub-parâmetros do período analisado (2012 a 2016), conforme é exigido pela lei, foram tratados como “Não”; e 2) Municípios que disponibilizam as informações referentes a pelo menos um dos parâmetros ou sub-parâmetros do período analisado (2012 a 2016), conforme exigido pela lei, foram tratados como “Sim”. No segundo estágio, foram classificados de acordo com o atendimento à qualidade mínima dos conteúdos. Os municípios que publicam as informações com 100% da qualidade exigida foram classificados como “atendem plenamente”; os municípios que apresentam com uma qualidade que varia entre 99% e 50% foram classificados como “atendem parcialmente”. Já os que publicam com uma qualidade inferior a 50% da exigida foram classificados como “atendem insuficientemente”. É válido destacar que os parâmetros das três fases tiveram as informações avaliadas no período entre maio e junho de 2017 e que estes parâmetros referem-se à presença dos itens nas datas pesquisadas. Além disso, não se aplica análise de publicação de fato no respectivo ano, mas, sim, a presença da informação atualmente no site oficial ou não.

Fase 1) Os critérios utilizados para a avaliação dos municípios no âmbito da LRF foram adaptados de Matos (2013), como apresentado no Quadro 1.

Categories	Parameters	Minimum Quality
Planejamento e Prestação de Contas	1-Planos e Orçamento Público	a) O município apresenta o PPA?
		b) O município apresenta o PPA de todos os anos referentes a pesquisa?
		c) O município apresenta a LDO?
		d) O município apresenta a LDO de todos os anos referentes a pesquisa?
		e) O município apresenta a LOA?
		f) O município apresenta a LOA de todos os anos referentes a pesquisa?
Planejamento e Prestação de Contas	2-Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO)	a) O município apresenta os RREO de todos os anos propostos na pesquisa?
		b) O relatório apresenta o balanço orçamentário com receitas por fonte e previsão atualizada?
		c) O relatório apresenta o balanço orçamentário com despesas por grupo de natureza, discriminando a dotação para o exercício, despesa liquidada e o saldo?
		d) O relatório apresenta o demonstrativo das receitas por categoria econômica e fonte, previsão inicial, atualizada e previsão a realizar?
		e) O relatório apresenta o demonstrativo da execução com despesas por categoria econômica e grupo de natureza, discriminando a dotação inicial, despesas empenhadas e liquidadas, despesas por função e subfunção?
		f) O relatório apresenta demonstrativos de receita corrente líquida?
		g) O relatório apresenta demonstrativos de despesas previdenciárias?
		h) O relatório apresenta demonstrativo do resultado nominal e primário?
		i) O relatório apresenta demonstrativos dos restos a pagar ?
		j) Os relatórios atendem a todos os critérios em todos os bimestres apresentados?
Planejamento e Prestação de Contas	3-Relatório de Gestão Fiscal (RGF)	a) O município apresenta os RGF de todos os anos propostos na pesquisa?
		b) O relatório apresenta despesa total com pessoal distinguindo ativos, inativos e pensionistas?
Planejamento e Prestação de Contas	4-Parecer Prévio - TCE/RJ	c) O relatório apresenta dívidas consolidadas e mobiliária?
		d) O relatório apresenta concessão de garantias?
		e) O relatório apresenta operações de crédito?
		f) O relatório apresenta os demonstrativos do último quadrimestre contendo montante disponível, restos a pagar das despesas liquidadas, empenhadas e não liquidadas?
		g) O relatório atendem a todos os critérios em todos os quadrimestres apresentados?
		a) O município apresenta o link do TCE/RJ em seu site? e/ou
		b) O município apresenta o arquivo do parecer prévio emitido pelo TCE/RJ
c) O município apresenta o arquivo do parecer prévio de todos os anos propostos na pesquisa?		

Receitas	5-Receitas municipais	a) O município apresenta as receitas de todos os anos propostos na pesquisa?
		b) O município apresenta a previsão atualizada, realizada e lançada da receita?
		c) O município apresenta as categorias da receita?
		d) O município apresenta a origem das receitas?
		e) O município atende a todos os critérios em todos os anos apresentados?
Despesas	6-Despesas municipais	a) O município apresenta as despesas de todos os anos propostos na pesquisa?
		b) O município apresenta a descrição da natureza da despesa?
		c) O município apresenta o número do processo da despesa?
		d) O município apresenta o beneficiário do pagamento da despesa?
		e) O município apresenta o valor liquidado da despesa?
		f) O município apresenta despesas com diárias e passagens?
		g) O município disponibiliza as informações em meio eletrônico que possibilite acesso público, até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil no respectivo sistema de todas as despesas?
		h) O município atende a todos os critérios em todos os anos apresentados?
Outros	7-Incentivo a participação social	a) O município possui ouvidoria para realização de denúncias, solicitações, elogios e reclamações?
		b) O município apresenta datas de audiências públicas informando local?
		c) O município apresenta agenda de conferências com local e data?
		d) O município apresenta lista de participantes e resultados das audiências públicas e conferências?
		e) O município apresenta outras ações que incentivem a participação social?

Quadro 1: Critérios para diagnóstico dos municípios de acordo exigências da LRF.

Fonte: Adaptado de Matos (2013), Brasil (2000; 2009); Confederação Nacional de Municípios (2013).

Fase 2) Os critérios utilizados para avaliação dos municípios de acordo com a LAI, foi adaptada dos critérios caput mínimo descrito na lei e adaptados pelos autores conforme apresentados no Quadro 2.

Categorias	Parâmetros	Qualidade Mínima	
Transparência Ativa	1-Informações Institucionais	a)O município apresenta seu organograma?	
		b)O município apresenta as competências dos órgãos?	
		c)O município apresenta os principais cargos e seus ocupantes?	
		d)O município apresenta telefones, endereços, e-mails dos principais cargos?	
		e)O município apresenta o horário de atendimento das secretarias?	
	2-Planejamento	a)O município apresenta os programas e ações executadas de todos os anos propostos na pesquisa?	
		b)O município indica a unidade responsável pelo desenvolvimento e implementação dos programas e ações?	
		c)O município apresenta suas principais metas?	
		d)O município apresenta os principais indicadores e resultados?	
	3-Repasse os transferências	a)O município apresenta valores de repasses financeiros/ transferências do governo ou links do portal transparência do governo ou SINCOV ?	
	4-Procedimentos Licitatórios	a)O município apresenta procedimentos licitatórios de todos os anos propostos na pesquisa?	
		b)O município apresenta o número da licitação?	
		c)O município apresenta o número do processo?	
		d)O município apresenta a modalidade / objeto da licitação?	
		e)O município apresenta data e hora da abertura da licitação?	
		f)O município apresenta a situação da licitação?	
		g)O município apresenta seus contratos?	
	5-Recursos Humanos	a)O município apresenta informações sobre concursos públicos?	
		b)O município apresenta a relação de servidores públicos em exercício?	
		c)O município apresenta o nome dos funcionários, cargos e funções?	
		d)O município apresenta lotação e regime jurídico dos funcionários?	
e)O município apresenta a jornada de trabalho dos funcionários?			
f)O município apresenta a remuneração individualizada?			
6-Perguntas Frequentes	a)O município apresenta perguntas frequentes referentes a LAI?		
Transparência Passiva	7-SIC Físico	a)O município apresenta um SIC físico? b)O município apresenta Local, endereço e horário de atendimento?	
	8-e-SIC	a)O município apresenta um SIC eletrônico? b)É possível realizar pedidos de informações online? c)É possível realizar reclamações online? d)O acesso ao SIC eletrônico exigem dados que facilitem o acesso? e)É possível acompanhar pedidos já realizados?	
		9-Regulamentação da LAI	a)O município apresenta regulamentação da LAI? b)O município apresenta classificação quanto ao seu grau de sigilo? c)O município apresenta responsabilização do servidor em caso de negativa da informação? d)O município apresenta pelo menos uma instância recursal?

Quadro 2: Critérios para diagnóstico dos municípios de acordo exigências da LAI:

Fonte: Adaptado da Lei de Acesso a Informação (2011); Brasil (2017).

Fase 3) Os critérios utilizados para a avaliação dos municípios no âmbito do e-MAG foram adaptados de Vilela (2003) apud Bezerra; Wanderley (2010), como apresentado no Quadro 3.

Categorias	Parâmetros	Qualidade Mínima
Usabilidade	1-Operacionalidade	a)O município possui sítio web próprio respeitando o padrão da web?
		b)O sítio pode ser acessado na maior parte do tempo sem que esteja fora do ar?
		c)O endereço do sítio é claro e não apresenta dificuldade de digitação pelo usuário?
	2-Integibilidade	a)Existe na página principal do sítio do município um link ativo para o portal transparência claramente identificado?
	3-Apreensibilidade	a)Existe na página principal do sítio um mecanismo de busca ativo?
	4-Conteúdo/ Informação	a) Oferece títulos descritivos e informativos à pagina
		b)Disponibiliza informação sobre o local do usuário na página?
		c) Disponibiliza documentos em formatos acessíveis?
		d) Garante a leitura e compreensão das informações?
	5-Formulários	a)Fornecer alternativa de texto para botão de imagem de formulários?
b) Estabelece ordem lógica de navegação?		
c) Identifica e descreve erros na entrada de dados?		
Funcionalidade	6-Acurácia	a)O sítio permite cadastramento de e-mail para recebimento de informações sobre o município?
	7-Adequação	a)O sítio mantém comunidades virtuais que permitam aos cidadãos interagir com outros usuários e com a própria administração?
	8- Marcação	a) Apresenta âncoras para ir direto ao bloco de conteúdos desejados?
	9-Comportamento da Página	a) Não cria página com atualização automática periódica?
b) Não inclui situações com intermitência de tela?		
Participação e Interação	10-Canais de Comunicação	a)O sítio disponibiliza números de telefones da prefeitura para contato?
		b)O sítio disponibiliza endereços de e-mails da prefeitura para contato?
		c)O sítio do município dispõe de canais de comunicação online?
		d)Disponibiliza formulário de preenchimento online?

Quadro 3: Critérios para diagnóstico dos municípios de acordo com as exigências do e-MAG:

Fonte: Adaptado de Vilela (2003) apud Bezerra; Wanderley (2010); e-MAG (2014).

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-30-7

